
[A luta cotidiana das mulheres quéchua de Sarayaku, no Equador](#)

Foto: Esteffany Bravo S.

Aproxima-se a hora do almoço e Rita não tem mais lenha para cozinhar. Armada com um machado e uma cesta grande, essa mulher quéchua caminha no meio da densa selva amazônica em busca de uma árvore para cortar. Depois de várias dezenas de machadadas fortes, o tronco da árvore cede à força da mulher. Terminado o trabalho, ela carrega a madeira pesada pelo caminho que serpenteia através de rios e passagens estreitas entre as montanhas. Ao chegar em casa, ela acende o fogo para cozinhar, não sem ter coletado água do rio suficiente para preparar a sopa de peixe. Rita também se ocupou de manter a casa limpa e ir à *chakra* (chácara) colher mandioca para fazer chicha, a bebida preferida dos habitantes de sua comunidade. **Além de todas as suas obrigações cotidianas, Rita também ocupa um cargo político:** é uma das líderes das mulheres de Sarayaku, uma localidade ao sul da Amazônia equatoriana, que resiste à exploração do petróleo há mais de 30 anos.

As mulheres do Povo Originário Quéchua de Sarayaku têm desempenhado um papel crucial na resistência da comunidade às tentativas de extrair a riqueza energética escondida nas entranhas de seu território ancestral. Sempre na primeira linha das marchas, carregando seus bebês nas costas ou nos úteros, as *warmis* (mulheres, na língua quéchua) levantaram suas vozes para dizer “Não!” ao extrativismo e ao patriarcado. É a dupla luta das mulheres indígenas de Sarayaku, decididas a resistir tanto à exploração do petróleo pretendida pelo Estado equatoriano quanto ao antigo patriarcado que enfrentam em sua comunidade.

“Nós, mulheres, temos o mesmo coração e o mesmo corpo dos homens, a única coisa que não temos é a barba”, diz Corina Montalvo, moradora de Sarayaku de 83 anos. “Antes nos chamavam de *warmi sami*, ou seja, mulheres que não podem fazer nada. Mas isso foi há muito tempo, um tempo de ignorantes”, ela relembra. “Diziam que as mulheres eram para cozinhar, para lavar, para fazer chicha e lenha, que isso era trabalho das mulheres, mas depois nós entendemos que não era assim e dissemos que os homens também tinham que trabalhar. As crianças são dos dois, de modo que eles também têm que criá-las”, conclui.

Essa aguerrida e veterana lutadora de Sarayaku foi uma das impulsionadoras da primeira grande mobilização da comunidade. Era 1992 e vários povos amazônicos do Equador marcharam para exigir do governo do presidente Rodrigo Borja a legalização dos títulos de propriedade sobre os territórios que ocupavam. **Foram as mulheres que convenceram os homens a caminhar os quase 250 quilômetros de distância e 2.000 metros de altitude.** “Levou muito tempo para chegar a Quito [a capital do Equador], pois era difícil andar. Éramos cinco mil pessoas, muitas mulheres, algumas velhinhas, outras levavam seus filhos e outras estavam grávidas”, diz Corina, uma das 1.600 pessoas que moram em Sarayaku.

Uma das mulheres que caminharam segurando o filho era Narcisa Gualinga, de 72 anos. “Os homens queriam ir de ônibus, mas nós não tínhamos dinheiro, e eles não queriam caminhar. Fomos

nós, as mulheres, que os convencemos a andar”, relembra essa mulher, uma das fundadoras da pioneira Associação de Mulheres Indígenas de Sarayaku (AMIS). Foi a irmã mais velha de Narcisa, a líder histórica Beatriz Gualinga, que ergueu a voz diante do mandatário Borja. **“Tanta gente estudada e que sabia falar castelhano muito bem; ela não sabia bem, mas falou com o governo”**, disse Narcisa. “Beatriz falou com muita força. Ela disse ao presidente, em quéchua e tudo, que só se for para ganhar votos [eles] fazem alguma coisa. E lhe gritou com força”, disse Corina.

Resistência contra o extrativismo

A liderança das mulheres de Sarayaku se manteve ao longo do tempo. De pouco serviram os títulos de terra obtidos em 1992 quando, uma década mais tarde, a empresa de petróleo argentina CGC entrou no território comunal sem a permissão de seus habitantes para começar a exploração sísmica do petróleo bruto. Ao detectar sua presença, mulheres e homens de Sarayaku se puseram em marcha.

“Quando a companhia de petróleo chegou, em 2002, nós fomos lutar. Nós, mulheres, nos reunimos para decidir quem iria e quem ficaria. Tivemos de deixar nossos filhos em casa. Descuidamos das *chakras* e toda a colheita foi perdida na luta”, diz Ena Santi, atual dirigente da Mulher no Conselho do Governo Autônomo de Sarayaku. “Exatamente naquela época, eu estava grávida de nove meses da minha filha Misha, mas fui à caminhada assim mesmo”, diz ela. **“Éramos 20 mulheres, pegamos uma canoa e fomos ao lugar onde havia aterrissado um helicóptero com trabalhadores da empresa. Pegamos os trabalhadores e os trouxemos para o centro da comunidade. Também pegamos uns soldados e tiramos as armas deles. Nós só tínhamos lanças”**, explica Ena, que foi secretária da AMIS, uma organização que mais tarde passou a se chamar *Kuri Ñampi* (Caminho de Ouro).

Finalmente, a comunidade conseguiu expulsar a empresa de petróleo de seu território, mas não parou nisso. Sarayaku denunciou o Estado à Corte Interamericana de Direitos Humanos por permitir a entrada da CGC sem fazer uma consulta à comunidade. Em 2012, o Tribunal obrigou o **Estado a pedir desculpas públicas e realizar uma consulta prévia, livre e informada aos moradores da comunidade antes de iniciar qualquer projeto de petróleo em seu território.**

Embora Sarayaku tenha vencido a batalha, suas mulheres continuaram a luta dentro e fora da comunidade. Em 8 de março de 2016, coincidindo com o Dia Internacional da Mulher, centenas de *warmis* de sete nacionalidades indígenas saíram às ruas para protestar contra dois blocos de petróleo, que afetam parcialmente o território de Sarayaku, concedidos ao consórcio chinês Andes Petroleum.

Mulheres quéchuas, waoranis, záparas, shiwiars, andoas, achuars e shuars deixaram clara sua intenção de combater as pretensões extrativistas do governo de Rafael Correa e das petroleiras chinesas Sinopec e CNPC.

Embora o governo tenha se alinhado ao movimento indígena e às organizações ecológicas durante seus primeiros meses, Correa não tardou em se afastar deles e dar continuidade ao legado extrativista de seus antecessores. **Além disso, desde 2015, também tem intensificado a repressão a protestos indígenas.** Em agosto, aconteceu a greve nacional promovida pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), que deixou um saldo de mais de uma centena de detidos. Na cordilheira do Condor, o exército desalojou as comunidades shuars de Tundayme e Nankints para dar lugar a dois megaprojetos de mineração.

Uma luta diária

Em sua revolta cotidiana contra o patriarcado ancestral, as mulheres de Sarayaku conseguiram restringir a distribuição de álcool, com exceção da chicha, a bebida tradicional de mandioca que elas mesmas fermentam com sua saliva. **“As mulheres tiveram que lutar muito nas assembleias para que os homens aceitassem”**, diz Abigail Gualinga, uma jovem de 20 anos que pertence à nova geração de mulheres lutadoras de Sarayaku. **Embora não resolva as desigualdades derivadas do sistema patriarcal, essa restrição melhora substancialmente as condições de vida das *warmis***. Em seu livro *Mujeres de maíz* (Mulheres de milho), escrito em Chiapas, no México, Guiomar Rovira diz que **“O álcool tem sido, junto com a religião e as armas, uma forma de controle e subjugação dos camponeses e indígenas pobres. Seu consumo vem sendo zelosamente cultivado por empregadores, caciques e outros exploradores”**.

Grande parte dos esforços das mulheres indígenas organizadas tem como objetivo resistir ao patriarcado originário ancestral que pauta os papéis de gênero em suas comunidades. De acordo com Lorena Cabnal, indígena xinca da Guatemala e teórica do feminismo comunitário, o patriarcado ancestral é “um sistema milenar estrutural de opressão contra as mulheres originárias ou indígenas”.

O caso de Sarayaku não é o único no Equador em que as mulheres têm assumido um papel de protagonistas na defesa de seus corpos e seus territórios ancestrais. De sua posição como líder das mulheres da CONAIE, Katy Machoa revela a principal razão pela qual as mulheres amazônicas estão tão decididas a lutar: “Temos uma relação com a terra muito cotidiana, diária, de pertencimento. Na floresta, tudo sai da terra, ela é a nossa fonte de vida, e não temos outra fonte de renda. O fato de que todo o desenvolvimento e todo sustento da família dependem do território fez com que, quando tudo isso foi ameaçado, nós, mulheres, nos organizássemos para exigir respeito por nosso modo de vida”.

Ainda existe desigualdade no acesso a cargos políticos na comunidade. **Embora a luta de Sarayaku já dure mais de três décadas, só nos últimos anos as mulheres tiveram acesso ao conselho de governo comunitário**. Além disso, apesar da liderança que as *warmis* exerceram na resistência contra a exploração do petróleo, apenas uma mulher foi presidente do governo autônomo. Portanto, tanto na luta política quanto na luta cotidiana, ainda resta muita batalha a ser travada por elas.

Enquanto isso, mulheres como Rita continuam se levantando às quatro da madrugada para preparar o café da manhã, caminhar até suas *chakras* para remover as ervas daninhas e retornar carregando cestas cheias de mandioca, banana ou mamão. Rita, como tantas outras *Warmis*, segue preparando chicha e saindo da cidade para protestar contra as ingerências do Estado e das empresas de petróleo em seu território. **Ela, cuja placenta está enterrada na terra de Sarayaku que a viu nascer, não desiste de seu esforço para defender o território que suas avós lhe legaram e que ela espera dar intacto às netas**. Rita também anseia por deixar de ter medo ao voltar de uma marcha porque, como lembra Machoa, “os homens não temem que alguém lhes espere em casa depois de sua atividade política e bata neles, mas as mulheres, sim”.

Este é um resumo do artigo original que foi publicado em janeiro de 2017 na Revista Pikara:

<http://www.pikaramagazine.com/2017/01/la-cotidiana-lucha-de-las-mujeres-kichwas-de-sarayaku/>

Jaime Giménez, <https://twitter.com/jaimegsb>

